



# OESTE METROPOLITANO

**REALIDADES E DESAFIOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**



Oeste da Região Metropolitana do Recife

**AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO  
CONDEPE/ FIDEM**

# **OESTE METROPOLITANO**

**REALIDADES E DESAFIOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Copyright by © Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco  
CONDEPE/FIDEM.

Oeste Metropolitano: realidades e desafios para o desenvolvimento regional  
sustentável. Coordenação de Ruskin Marinho de Freitas. Recife, 2011.  
28 p.: il.

ISBN - 978-85-99590-05-8

1. Planejamento Urbano 2. Desenvolvimento Regional 3. Sustentabilidade  
4. Pernambuco I. Título

CDU.711.4(813.4)

**AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E  
PESQUISAS DE PERNAMBUCO CONDEPE/FIDEM**

Rua das Ninfas, 65 - Boa Vista

Rua Barão de São Borja, 526 - Boa Vista

Recife/PE - CEP: 50070-050

PABX (81) 3182.4400

[agencia@condepefidem.pe.gov.br](mailto:agencia@condepefidem.pe.gov.br)

[www2.condepefidem.pe.gov.br](http://www2.condepefidem.pe.gov.br)

# GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Eduardo Henrique Accioly Campos  
**Governador do Estado de Pernambuco**

João Lyra Neto  
**Vice-Governador do Estado de Pernambuco**

Alexandre Rebêlo  
**Secretário de Planejamento e Gestão**

## Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM

Antônio Alexandre da Silva Júnior  
**Diretor-Presidente**

Maurílio Soares de Lima  
**Diretor Executivo de Estudos, Pesquisas e Estatística - DEPE**

Luciano Lopes Alves Pinto  
**Diretor Executivo de Apoio à Gestão Regional e Metropolitana - DEAG**

Ruskin Marinho de Freitas  
**Diretor de Estudos Regionais e Urbanos – DERU**

## Equipe de Elaboração

Ruskin Marinho de Freitas (coordenador)  
Jaucele de Fátima Alves de Azerêdo  
Letícia Monteiro Simões  
Maria do Carmo de Albuquerque Braga  
Aline Menezes dos Santos (estagiária)

## Equipe de Apoio Técnico e Gerencial

Ana Clara B. Salvador  
André Gustavo Teobaldo de Moraes  
Andrezza Monteiro Alves  
Antonia Santamaria de Queiroz Lima  
Cláudia Paes Barreto  
Georgia Cavalcanti Alves de Miranda  
Goldberger Nunes  
José Guelfer Férrer de Moraes  
Júlio Cesar Silva  
Luciano Lopes Alves Pinto  
Luiz Quental Coutinho  
Maria das Graças Duarte de Paiva  
Maria de Lourdes Burégio  
Mariana de Meira Lins Haack  
Maurílio Soares de Lima  
Ricardo Pereira  
Rodolfo Guimarães Regueira da Silva  
AJA Consultoria

## Órgãos e Entidades participantes das Oficinas

Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD DIPER  
Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH  
Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB  
Fórum Aldeia  
Prefeitura Municipal de Ipojuca  
Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes  
Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata  
Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho  
Programa de Parcerias Público-Privada - PPP/ SEPLAG  
Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 - SECOPA  
Secretaria das Cidades - SECID  
Secretaria de Articulação Regional - SEDAR  
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA  
Secretaria de Obras - Prefeitura Municipal de Paudalho  
Secretaria de Planejamento - Prefeitura Municipal de Abreu e Lima  
Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG  
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA - Prefeitura Municipal de Camaragibe  
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA - Prefeitura Municipal de Paulista  
Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - SEPLAMAPH - Prefeitura Municipal de Igarassu  
Secretaria de Turismo de Pernambuco - SETUR  
Unidade Técnica do Programa PROMETRÓPOLE - UT Prometrópole  
URBI - Prefeitura Municipal de Igarassu.

## Fotos

Ruskin Marinho de Freitas

## Normalização

Maria Clarice Antunes Dubeux

# APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do Diagnóstico para o Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano que foi construído, em 2010, pela Agência Condepe/Fidem (coordenando o processo de trabalho, orientando a formulação do diagnóstico e das propostas e garantindo a integração dos envolvidos), com participação das Prefeituras da região e dos Órgãos Setoriais do Estado (fornecendo informações, estudos e projetos referentes à área, sugerindo propostas e alternativas) e com colaboração da Aja Consultoria (sistematizando dados e elaborando relatórios).

Em 2011, foi desenvolvido este documento executivo com síntese, complemento e, sobretudo, atualização daquele diagnóstico.

A importância da elaboração de um estudo regional para o Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano reside essencialmente na necessidade de gerar um conhecimento mais aprofundado e compartilhado em torno de diferentes necessidades e demandas do setor público, da iniciativa privada e da comunidade, objetivando:

- a) Promover a ordenação da ocupação do solo de modo compatível com os planos diretores municipais;
- b) Garantir a preservação das unidades de conservação e mananciais indispensáveis à RMR;
- c) Garantir que os equipamentos estruturadores cumpram de forma adequada a sua função, com qualidade e integração dos serviços na RMR;
- d) Considerar a dinâmica socioespacial própria da região, articulando os espaços rurais com o ambiente urbano;
- e) Promover a inserção da população no processo de desenvolvimento da região;
- f) Assegurar a preservação e o uso sustentável do patrimônio histórico, de grande valor cultural e turístico;
- g) Gerenciar de forma adequada o uso e ocupação das áreas urbanas e sua integração com o sistema viário.

Sob o ponto de vista do processo de trabalho, o Diagnóstico para o Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano foi elaborado em quatro etapas:



Figura 01: Diagrama do processo de construção do Diagnóstico.

# SUMÁRIO

Introdução	06
1. A região	07
Caracterização dos municípios	08
2. Dimensões	09
Dimensão Espacial	10
Dimensão Social	14
Dimensão Econômica	16
Dimensão Institucional	18
3. Empreendimentos	20
4. Diretrizes	25
Considerações finais	28



# INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Recife está situada na extremidade leste de Pernambuco, limita-se com o oceano Atlântico e com as Regiões de Desenvolvimento Mata Norte e Mata Sul. Sua área, de 2.773,76 Km<sup>2</sup>, distribui-se numa faixa alongada no sentido norte-sul, representando menos de 3% da área total do Estado. Em contrapartida, com uma população de 3.690.547 habitantes (IBGE 2010), concentra cerca de 42% da população pernambucana, representando uma alta densidade demográfica de 1330,52 hab./Km<sup>2</sup>. Sua economia diversificada concentra 65% do PIB do Estado, sobretudo devido à indústria e às atividades do terciário moderno. Enquanto núcleo de uma rede urbana, exerce influência sobre 6 estados, 666 cidades e 10% da população brasileira.

A RMR foi instituída, pela Lei Complementar nº 10/94, com o objetivo de promover o planejamento regional, a cooperação dos diferentes níveis de governo, a utilização racional dos recursos, a redução das desigualdades regionais e sociais e a execução das funções públicas de interesse comum.

Essa Região é composta por 14 municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.



Figura 02: Oeste Metropolitano.  
Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

# 1 A REGIÃO

## O OESTE METROPOLITANO

A identificação do Oeste Metropolitano como área prioritária para estudo pela Agência Condepe/Fidem atende a uma preocupação do Governo do Estado em trabalhar por um desenvolvimento socialmente justo, economicamente correto e espacialmente equilibrado, tendo como foco a preservação do ambiente natural, característico da região.

O Oeste da RMR caracteriza-se pela presença de áreas de baixa densidade de ocupação e com restrições à urbanização, que se devem a diversos fatores, tais como, a existência de áreas de declividade incompatível com atividades urbanas e a presença de matas e mananciais, categorizadas como unidades de conservação, definidas em leis específicas. A região reúne qualidades climáticas, riqueza de recursos hídricos, vestígios da Mata Atlântica do Estado e uma forte presença do cultivo da cana-de-açúcar.

Nota-se uma pressão crescente de expansão urbana para o Oeste Metropolitano – uma clara indicação de que o seu futuro sustentável requer discussão e planejamento. Somado a isso, a região receberá, nos próximos anos, pelo menos três empreendimentos de grande porte: uma via estruturadora, denominada de Arco Metropolitano; a Cidade da Copa, que tem como destaque uma arena esportiva, possibilitando a participação de Pernambuco como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, e o Prometrópole II, programa de urbanização, previsto para acontecer no trecho da Bacia do Rio Capibaribe, em São Lourenço da Mata e Camaragibe.

Delimitar esta região pressupõe ir além das fronteiras político-administrativas municipais ao abranger a totalidade dos municípios: Camaragibe, São Lourenço da Mata, Moreno, Araçoiaba e Paudalho, além de parte dos territórios dos municípios: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Abreu e Lima, Paulista e Igarassu. Todos os municípios estão localizados na RMR, com exceção de Paudalho, que integra a RD Mata Norte, mas que guarda as características e relações inerentes ao Oeste Metropolitano.

Para simplificar a descrição da delimitação da região Oeste, de modo a considerar as propriedades características mencionadas anteriormente, foram utilizadas, a princípio, três referências básicas: a BR-101, a partir do norte; o contorno do 2º distrito de Jaboatão dos Guararapes (antigo centro); e a PE-060 (para o sul).

Com a caracterização dos aspectos sociais, tais como Índices de Desenvolvimento Humano, Trabalho, Renda e Pobreza, foi necessário contemplar apenas os setores censitários cujas características físicas e ambientais mais se aproximam do perfil padrão encontrado no Oeste Metropolitano. Deste modo, o estudo dos índices sociais norteou a definição final dos limites do Oeste Metropolitano, de modo a garantir maior precisão da delimitação física relacionada aos aspectos e características determinantes da região.

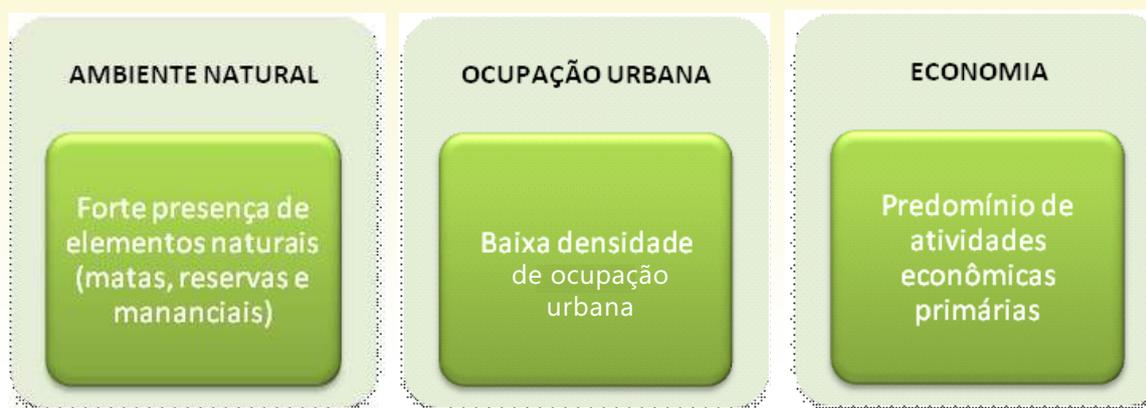


Figura 03: Características do Oeste Metropolitano.





## Ambiente Natural

A morfologia do relevo atua como fator primordial de formação das bacias hidrográficas e a modificação deste reflete sobre a alimentação dos cursos d'água e sobre a macrodrenagem.

A vegetação de matas ciliares atua alimentando e protegendo as nascentes e o solo, influenciando a pluviosidade, a temperatura e a umidade da região.

Em contraposição à maior ocupação e à quantidade de investimentos no litoral, o Oeste Metropolitano possui riquezas naturais com imenso potencial de exploração para o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, podendo se tornar modelo para a interiorização do desenvolvimento.

No Oeste Metropolitano estão localizadas diversas nascentes que formam os principais rios e os mananciais que garantem o abastecimento d'água para a RMR, a exemplo das barragens de Botafogo, Pirapama, Tapacurá, Duas Unas e Goitá. As bacias hidrográficas mais relevantes na região são aquelas dos rios Botafogo, Ipojuca, Pirapama, Jaboatão e Capibaribe.

## Bacias Hidrográficas

Na região do Oeste Metropolitano, estão contidas quatro das bacias hidrográficas com escoamento para o Oceano Atlântico (Goiana, Capibaribe, Ipojuca e Sirinhaém) e três grupos de bacias hidrográficas de pequenos rios litorâneos (GL-1, 2 e 3), agrupadas desta forma em função do seu pequeno tamanho.

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Pernambuco – SIGRH/PE possui, dentre a sua composição básica, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e os Comitês de Bacias Hidrográficas – COBHs. Esses Comitês são formados por representantes do poder executivo e dos diversos segmentos sociais e usuários da água para debates e administração das questões de interesse das bacias, bem como na aprovação e acompanhamento da execução dos planos.

Atualmente, fazem parte do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco, criados e instalados os comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Capibaribe, Una, Jaboatão, Goiana, Pirapama e Ipojuca, estando os dois últimos em funcionamento.

De acordo com o monitoramento, os usos predominantes da água das bacias hidrográficas do oeste metropolitano são para o abastecimento público e recepção de efluentes domésticos e industriais.

No Oeste Metropolitano existem **1.016 km<sup>2</sup>** de áreas de proteção de mananciais, o equivalente a **48,6%** da área da região, fato que evidencia a sua importância ambiental.



Figura 04: Bacias Hidrográficas no Oeste Metropolitano.  
Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, instituído através da Lei nº 9.985/00 e dos Decretos nº 3.834/01 e 4.340/02, onde também foram estabelecidos os critérios e normas para a criação, implantação e gestão destas unidades de conservação.

## Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação são espaços que contêm recursos ambientais relevantes, instituídas pelo poder público federal, estadual ou municipal para estabelecer seus limites, conservar e garantir proteção através de um regime especial de administração.

As UC são divididas em 2 categorias: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são aquelas onde se devem proteger os ecossistemas das interferências humanas, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e estão divididas em cinco grupos: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável são aquelas onde se deve garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis, permitindo o uso sustentável de parte deles e estão divididas em sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Na região Oeste encontram-se 26 UC.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza SEUC de Pernambuco, instituído pela lei estadual 13.787/09, de 08 de junho de 2009, estabelece os critérios e normas estaduais para a criação, implantação e gestão das UC.

## Lei dos Mananciais

A Lei Estadual Nº 9.860/1986 delimita as áreas de Proteção dos Mananciais de interesse da RMR e estabelece condições para a preservação dos recursos hídricos.

As áreas susceptíveis a reter o volume de água compatível com a demanda atual e futura da RMR, tanto em quantidade quanto em qualidade, em razão da precipitação e aspectos físicos, são relacionadas na referida lei, consideradas desde suas nascentes até os respectivos pontos de captação.



## Lei Estadual Nº 14324 DE 03/06/2011

Art. 1º. Ficam as Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife, instituídas pela Lei nº 9.989, de 13 de janeiro de 1987, categorizadas para as seguintes unidades de conservação, nos termos da Lei nº 13.787, de 08 de junho de 2009:

### I - Reservas Ecológicas categorizadas para Refúgio da Vida Silvestre (RVS):

- a) Mata de Miritiba - Abreu e Lima;
- b) Mata de Bom Jardim - Cabo de Santo Agostinho;
- c) Mata do Contra-Acude - Cabo de Santo Agostinho;
- d) Mata do Urucu - Cabo de Santo Agostinho;
- e) Mata Serra do Cotovelo - Cabo de Santo Agostinho;
- f) Mata Serra do Cumarú - Cabo e Moreno;
- g) Matas do Sistema Gurjaú - Cabo, Jaboatão e Moreno;
- h) Mata de Mussaíba - Jaboatão dos Guararapes;
- i) Mata do Engenho Salgadinho - Jaboatão dos Guararapes;
- j) Mata da Usina São José - Igarassu;
- k) Mata de Caraúna - Moreno;
- l) Mata do Engenho Moreninho - Moreno;
- m) Mata de São João da Várzea - Recife;
- n) Mata do Curado - Recife;
- o) Mata do Engenho Uchoa - Recife;
- p) Mata de Tapacurá - São Lourenço da Mata;
- q) Mata do Camucim - São Lourenço da Mata;
- r) Mata do Engenho Tapacurá - São Lourenço da Mata;
- s) Mata do Outeiro do Pedro - São Lourenço da Mata;
- t) Mata do Quizanga - São Lourenço da Mata;
- u) Mata do Toró - São Lourenço da Mata;

### II - Reservas Ecológicas categorizadas para Parque Estadual (PE):

- a) Mata de Duas Lagoas - Cabo de Santo Agostinho;
- b) Mata do Zumbi - Cabo de Santo Agostinho;

### III - Reservas Ecológicas categorizadas para Reserva de Floresta Urbana (FURB):

- a) Mata de São Bento - Abreu e Lima;
- b) Mata de Camaçari - Cabo de Santo Agostinho;
- c) Mata de Jangadinha - Jaboatão dos Guararapes;
- d) Mata de Manassu - Jaboatão dos Guararapes;
- e) Mata do Passarinho - Olinda;
- f) Mata de Jaguarana - Paulista;
- g) Mata do Janga - Paulista;
- h) Mata de Dois Unidos - Recife.

► Destacam-se em verde as reservas que fazem parte do Oeste Metropolitano.

## Funcionalidade Urbana

Na dimensão espacial além do ambiente natural, abordam-se a ocupação e o uso do solo, os grandes equipamentos implantados e sua localização no espaço, assim como os principais fluxos de pessoas, bens e serviços, as redes de transportes e de saneamento ambiental.

Em um primeiro olhar sobre a Região Metropolitana do Recife, identificam-se alguns eixos de crescimento, a partir do prolongamento de sua mancha urbana conurbada, polarizada a partir do Porto do Recife, em direção aos municípios do Oeste Metropolitano. Além dessa urbanização contígua, identificam-se também algumas sedes municipais, entre vários outros núcleos urbanos isolados, de tal maneira que pode se desenvolver uma sub-regionalização: noroeste, centro-oeste e sudoeste.

O centro-oeste caracteriza-se como região de maior densidade de ocupação, pela contiguidade física do processo de urbanização, por melhores indicadores socioeconômicos, especialmente centrados em Recife, Camaragibe, São Lourenço da Mata e em Paudalho.

O Noroeste e o Sudoeste caracterizam-se pela menor densidade de ocupação urbana, pelo predomínio de atividades primárias, pela predominância de elementos naturais e pelos centros urbanos isolados de Araçoiaba; Vila Jussara, no Cabo de Santo Agostinho; Bonança, em Moreno, entre outros.

Os municípios do Oeste Metropolitano possuem equipamentos relevantes, como universidades, escolas, centros de saúde, agências bancárias, porém eles estão concentrados no centro desses municípios e ao longo da costa.

O patrimônio histórico da região é bastante rico e compõe-se de sítios históricos, engenhos e igrejas, com grande potencial para o turismo.

Quando os dados dos municípios, referentes ao saneamento ambiental, ao abastecimento de água e coleta de lixo, são espacializados, observam-se os contrastes leste-oeste, ficando na região mais ocidental as maiores deficiências de infraestrutura e de indicadores socioeconômicos. Por exemplo, menos da metade da população vive em domicílios com banheiro e água encanada, sobretudo, ao excetuar-se os núcleos urbanos de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe.

No que diz respeito à mobilidade urbana, o Oeste Metropolitano localiza-se a oeste de um eixo norte-sul, constituído pela BR 101 e pela PE 60, tendo como principais eixos de penetração, em direção ao interior do Estado, as rodovias BR 232 e BR 408. As redes de transportes rodoviários federais e estaduais, na maioria das vezes, apenas cruzam a região, deixando ainda muitos núcleos urbanos isolados ou com dificuldades de acesso.



### Legenda

Centro-Oeste
  Noroeste
  Sudoeste

Mapa 01: Funcionalidade urbana.

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

Elaboração Digital: Ricardo Pereira



Camaragibe

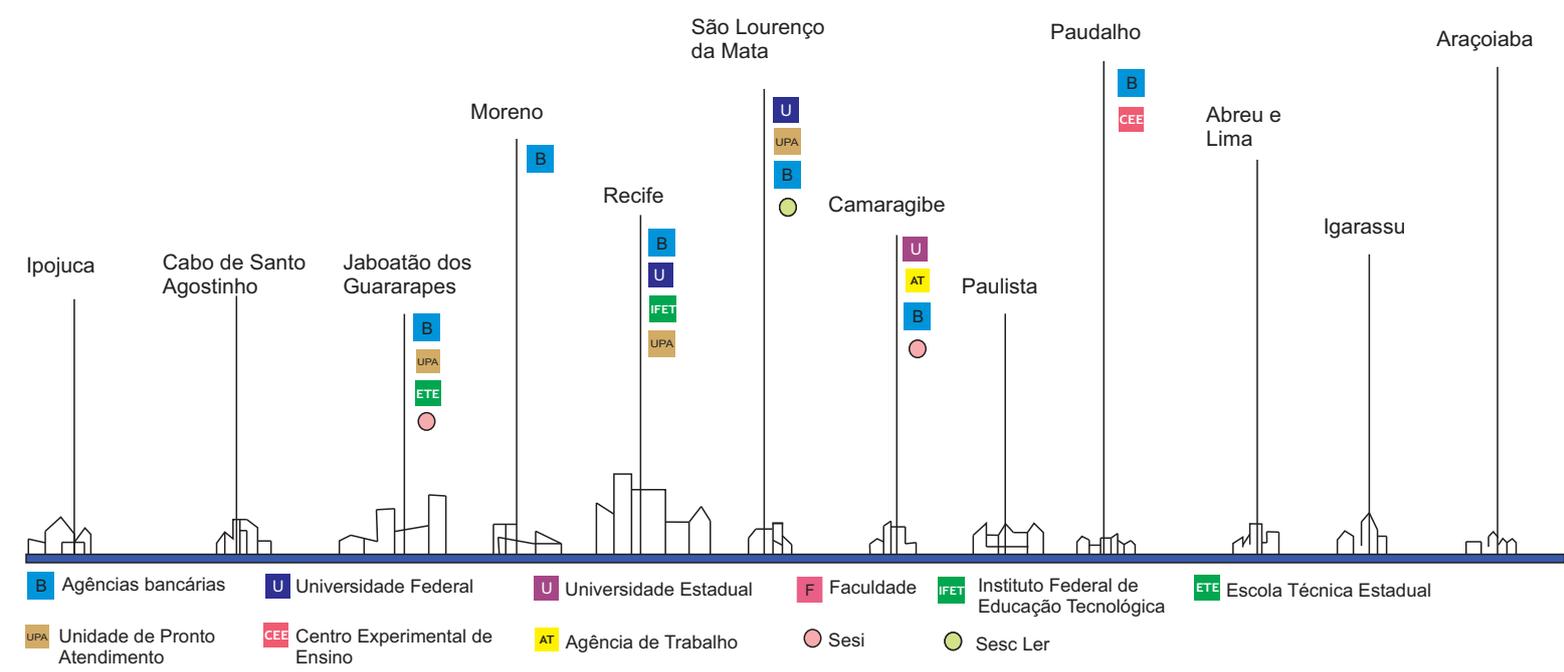


Figura 05: Equipamentos urbanos localizados no Oeste Metropolitano.  
 Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

Para a caracterização dos aspectos sociais, que contribuem para a qualidade de vida da população, foram utilizados diversos indicadores: taxa de alfabetização, população economicamente ativa, taxa de desemprego, renda per capita, índice de desenvolvimento humano - IDHM, longevidade e índices de pobreza. Os indicadores analisados tiveram como fonte o IBGE - Censo 2000. Esses dados deverão ser reavaliados à luz dos dados do Censo 2010, à medida que esses forem sendo publicados (até 2014). Porém, apesar de possíveis alterações nos quantitativos, a tendência de melhor qualidade de vida no centro da região deverá ser mantida.

TABELA 01: População, área e densidade do Oeste Metropolitano

Região	População total			Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade pop./km <sup>2</sup> 2010
	1991	2000	2010		
Oeste Metropolitano	626.290	733.504	1.000.000 (aprox.)	1.968,36	508,03
RMR	2.919.979	3.337.565	3.690.547	2.768,45	1.333,07
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	8.796.032	98.526,60	89,27

Fonte: IBGE/Agência Condepe/Fidem, 2010

O Oeste metropolitano abriga uma população de aproximadamente 1.000.000 de habitantes, distribuídos desigualmente no espaço, estando concentrados nos municípios de Recife, Camaragibe e São Lourenço da Mata.

Os indicadores mostram que o Oeste Metropolitano possui uma realidade social mais fragilizada quando comparada à RMR. Os dados parecem indicar que a fragilidade social da região guarda relação com a questão econômica e reflete-se em taxas menos favoráveis também em relação à média do Estado, no que tange ao desemprego e à renda (IDHM e per capita).



Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dados de 2000, apresentados no mapa abaixo, indicam concentração de maior IDH (0,700 a 0,831 – manchas mais escuras) nos centros urbanos de Camaragibe, São Lourenço da Mata, Jaboatão dos Guararapes e Recife (contíguos à nucleação central da RMR) e no núcleo urbano da sede de Moreno. As demais áreas apresentam um IDH médio-médio (0,600 a 0,699) ou médio-baixo (0,592 a 0,599) significativamente inferiores ao da RMR (0,775) e do Estado (0,705)

Legenda		
0,592 - 0,599	Médio-Baixo	(02)
0,600 - 0,699	Médio-Médio	(06)
0,700 - 0,799	Médio-Alto	(13)
0,800 - 0,831	Alto	(03)
(RMR = 0,775 e PE = 0,705)		IBGE, Censo 2000.

Figura 06: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Oeste Metropolitano.

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011

Elaboração Digital: Ricardo Pereira.



Mapa 02: População residente no Oeste Metropolitano.  
Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011 (Dados do IBGE, Censo, 2010)  
Elaboração Digital: Ricardo Pereira.





Engenho - Moreno

Nota-se que os municípios incluídos no Oeste Metropolitano em sua totalidade (Araçoiaba, Paudalho, Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno) apresentam indicadores econômicos significativamente inferiores aos municípios do litoral (Recife, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu).

O turismo é fundamental para a dinamização da economia de uma região de riquezas ambientais e culturais. Portanto, é inegável a necessidade de relacionar a atividade com as 4 dimensões de forma a demonstrar a interface existente entre elas e ao mesmo tempo, valorizar as riquezas da região que devem ser exploradas de forma sustentável.

Quadro 03: Atrativos Turísticos do Oeste Metropolitano.

Ε ΠΑΡΑΡΤΗΜΑΤΑ ΠΕΡΙΛΗΨΕΙΣ																		
ΠΕΡΙΟΧΗ	ΠΕΡΙΣΤΑΣΕΙΣ ΚΑΙ ΠΡΟΪΚΤΑ					ΠΡΟΪΚΤΑ ΚΑΙ ΠΡΟΪΚΤΑ										ΠΡΟΪΚΤΑ		
	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο	Πάρκο
ΕΝΔΕΙΞΗ (rural)																		
Araçoiaba																		
Cabo de Santo Agostinho (rural)																		
Camaragibe																		
Igarassu (rural)																		
Ipojuca (rural)																		
Jaboatão do Guararapes (rural)																		
Moreno																		
Paudalho																		
Paulista (rural)																		
Recife (rural)																		
São Lourenço																		

Fonte: Agência condepe/Fidem, 2011.

# Dimensão Institucional

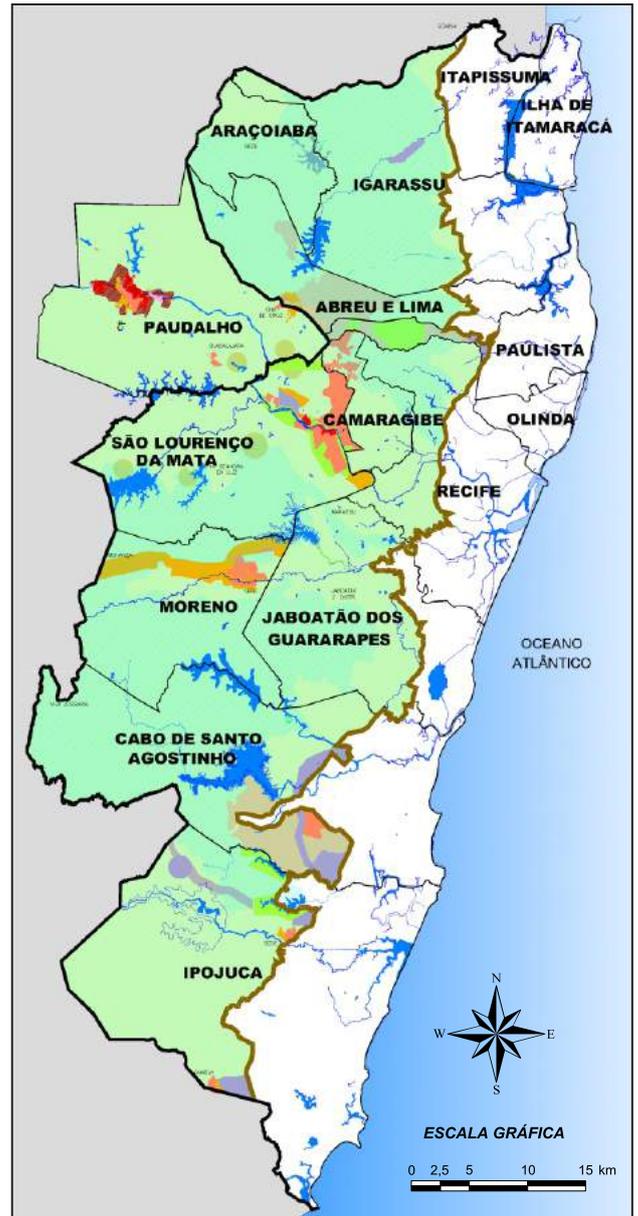
Todos os municípios integrantes do Oeste Metropolitano possuem Plano Diretor (PD), que define diretrizes para ocupação das áreas de seus territórios, entre outros instrumentos legais para a gestão espacial. No entanto, algumas leis não estão condizentes com as necessidades atuais, precisando de revisão e de atualização.

Alguns municípios não atualizaram a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS – após a revisão ou elaboração de seus Planos Diretores, enquanto outros municípios nem possuem esta legislação, conforme recomenda o Estatuto da Cidade. Para atender o controle urbano e o ordenamento espacial das cidades, foram inseridos índices de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento, em anexo ou no corpo da Lei do Plano Diretor de alguns municípios, referindo-se às novas zonas urbanas. Para as zonas existentes é utilizada a LUOS, quando o município a possui, porém esta, em muitos municípios necessita de atualização e revisão, já que o Estatuto da Cidade foi elaborado após sua publicação.

Quadro 04 : Legislação Municipal.

Município	Plano Diretor	Lei de Uso e Ocupação do Solo	Legislação Ambiental
Aracoiaba	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Ilha de Itamaracá	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Igarassu	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Abreu e Lima	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Paulista	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Olinda	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Recife	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Camaraçibe	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
São Lourenço da Mata	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Moreno	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Jaboatão dos Guararapes	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Cabo de Santo Agostinho	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006
Ipojuca	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006	Lei nº 1.000/2006

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.



### Legenda

- Limite do Oeste Metropolitano
- Limite da RMR
- Macrozonas (Planos Diretores municipais)
  - Macrozona urbana
  - Macrozona rural
  - Macrozona de expansão urbana
- Macrozonas Especiais
  - Desenvolvimento produtivo
  - Desenvolvimento industrial
  - Proteção do patrimônio histórico-cultural
  - Lazer e turismo
  - Proteção ambiental - uso sustentável
  - Proteção ambiental rigorosa
  - Interesse social

Mapa 03: Macrozoneamento do Oeste Metropolitano. Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.



Quadro 05: Macrozoneamento do Oeste Metropolitano, a partir dos planos diretores municipais, e Diretrizes para Ocupação e Desenvolvimento.

ZONAS	DIRETRIZES
<p><b>Zona de Interesse Social</b>                      Zonas destinadas à habitação popular, com infraestrutura básica e condições dignas de habitabilidade, de acessibilidade e de mobilidade, que junto com melhorias na infraestrutura de saneamento e drenagem, promovam um processo de urbanização integrada e a ocupação de imóveis subutilizados que se localizam em áreas com infraestrutura básica e declividade moderada nos centros urbanos, intervindo em sua paisagem urbana, em seus espaços públicos e nos principais eixos viários.</p>	<p>Orientar a ocupação urbana, adequando-a à infraestrutura disponível</p> <p>Condições dignas de habitabilidade, de acessibilidade e de mobilidade, que junto com melhorias na infraestrutura de saneamento e drenagem, promovam um processo de urbanização integrada</p> <p>Ocupação de imóveis subutilizados que se localizam em áreas com infraestrutura básica</p> <p>Declividade moderada nos centros urbanos, intervindo em sua paisagem urbana, em seus espaços públicos e nos principais eixos viários</p>
<p><b>Zona Preferencial</b>                      Zonas destinadas a investimentos em infraestrutura urbana de acordo com o crescimento urbano destas áreas.</p>	<p>Investimentos em infraestrutura urbana de acordo com o crescimento urbano destas áreas</p> <p>Instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, regulamentados pelos planos diretores dos municípios, com a finalidade de reforçar a função social da terra, sobretudo, em áreas particulares e subutilizadas</p> <p>Espaços potenciais para as atividades urbanas, que garantam a proteção do patrimônio cultural e natural</p>
<p><b>Zona Restrita</b>                      Zonas destinadas a itens da Macrozona Urbanizável Preferencial com os seguintes adendos:</p>	<p>Parâmetros estabelecidos pela lei de proteção dos mananciais – lei estadual nº 9860/1986 – nas áreas definidas como M2 e M3</p> <p>Convênios entre instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à ocupação sustentável</p> <p>Sistematicamente os impactos socioambientais integrados do processo de planejamento e ocupação do solo na região</p> <p>Monitoramento sistemático de desmatamento, qualidade da água e ocupação desordenada</p>
<p><b>Zona de Proteção Ambiental</b>                      Zonas destinadas a áreas de proteção ambiental, conforme Lei dos Mananciais)</p>	<p>Parâmetros estabelecidos pela lei de proteção dos mananciais – lei estadual nº 9860/1986 – nas áreas definidas como M1</p> <p>Controle ambiental nessas áreas através da aplicação da legislação ambiental</p> <p>Como ambiente para aulas práticas de educação ambiental</p>

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2010.

# 3 EMPREENDIMENTOS

## Cidade da Copa



Pernambuco abrigará uma das subsedes do Campeonato Mundial de Futebol Masculino, que ocorrerá em 2014. Para tanto, foi proposta a Cidade da Copa, um empreendimento que envolve duas unidades de negócio. Em ambas, princípios de sustentabilidade, sobretudo, espaciais (referentes ao ambiente natural e à funcionalidade urbana) contribuirão para a qualidade de vida e para o desenvolvimento regional integrado.

A primeira unidade de negócio refere-se a uma arena multiuso, com capacidade para 46 mil pessoas e vagas de estacionamento para mais de quatro mil veículos. As obras, que pretendem usar recursos tecnológicos dos mais avançados, tiveram início em 2010, abrangendo cerca de 50 hectares. Esse espaço servirá para as partidas de futebol do campeonato da FIFA e como campo de mando de time pernambucano, além do que, estará apto a receber, com segurança e comodidade, shows, feiras e convenções, garantindo a vitalidade do empreendimento.

A segunda unidade é constituída pela Cidade da Copa, que inclui milhares de unidades residenciais, além de unidades empresariais, comerciais, educacionais, culturais e esportivas, incluindo bares, restaurantes, salas de cinema, hotéis, centro de convenções e ginásio. Esta série de empreendimentos será realizada desde este ano (2011), com algumas obras sendo concluídas em 2014, estendendo-se outras por um horizonte que se prolongará por mais de 15 anos.

A localização da Cidade da Copa, em São Lourenço da Mata, deveu-se a vários aspectos, dentre os quais se destacam: a centralidade do local, que confere um caráter metropolitano ao empreendimento, próximo aos limites dos municípios de Recife, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes; a consolidação de um polo e a valorização de um eixo de desenvolvimento para o Oeste Metropolitano; o fato do terreno de cerca de 240 hectares ser de propriedade do Governo do Estado (funcionando assim como contrapartida na parceria público privado - PPP); a ocorrência relativamente menor de ocupações irregulares e a acessibilidade (proximidade com eixos viários metropolitanos arteriais, tais como, metrô, BR 408 e BR 232).

Do ponto de vista infraestrutural, o terreno da Cidade da Copa já dispõe, no seu entorno, de linha de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf e de rede de transmissão de dados digitais - infovia (esta a 6 km, nas margens da BR-232), além da proximidade com a Adutora de Tapacurá e com o Gasoduto da Petrobrás.



Cidade da Copa - São Lourenço da Mata

Nesse momento, o Plano Geral para a Cidade da Copa está em processo de revisão, sobretudo, quanto à definição dos usos múltiplos, proporcionando densidade, flexibilidade, complementaridade e vitalidade das funções urbanas, em diversas temporalidades, o que é essencial para a sustentabilidade do empreendimento.

Ainda é necessário garantir a comunicação e integração da arena multiuso com a RMR, identificando diretrizes que promovam o acesso da população ao equipamento e ao conjunto de serviços e usos em seu entorno.

Diversas ações, sobretudo, relacionadas à acessibilidade e à mobilidade estão em execução ou em planejamento para a região. Um importante legado está sendo construído, a partir de obras, tais como, as vias internas ao complexo, a requalificação e a duplicação da BR 408, a construção do terminal Cosme e Damiano, as vias urbanas que integram a Av. Caxangá, o metrô e a Cidade da Copa, entre tantas outras, em toda a região.

Enfatiza-se, portanto, que todo esse investimento motivado pelo empreendimento Cidade da Copa implicará em grande repercussão, não só para o seu entorno imediato, como também, para Pernambuco. Vislumbra-se que uma onda de desenvolvimento, desencadeada a partir desse polo, possa atingir, inclusive, outros estados da Região Nordeste.

Há ainda que se fazer um esforço de integração do planejamento, compatibilizando os projetos, com as legislações municipais, as expectativas da população

e as restrições ambientais. Diversos outros estudos, regionais e urbanos, são necessários para que esses empreendimentos cumpram sua função metropolitana, considerando os riscos de impacto nas áreas de preservação ambiental e assegurando a ordenação da ocupação urbana em função da atratividade dos equipamentos. Em especial, nos municípios do entorno, faz-se necessário revisar os planos diretores municipais, adequando zoneamento e índices urbanísticos, quando necessário, à realidade de ocupação e de sua aceleração.



Figura 07: Localização da Cidade da Copa e acessibilidade.  
Fonte: Secopa, 2011.



Figura 08: Projeto Básico da Arena Multiuso e Cidade da Copa.  
Fonte: Secopa, 2011.

## Prometrópole

O Prometrópole – Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) — desenvolvido pelo Governo do Estado de Pernambuco, tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza urbana e da vulnerabilidade social, possibilitando a minimização das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade ambiental da Região Metropolitana do Recife - RMR, atuando prioritariamente nas suas bacias hidrográficas, através da provisão de infraestrutura: fortalecimento institucional, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental. O Programa Prometrópole I, iniciado em 2003, concentrou suas ações em localidades pobres da Bacia do rio Beberibe, nos municípios de Recife e Olinda. Para o Prometrópole II, uma nova operação de crédito pretende dar continuidade às ações de desenvolvimento socioeconômico e ambiental na área de intervenção da Bacia do rio Beberibe, sendo incluídas localidades dos municípios de São Lourenço da Mata e Camaragibe, ampliando a intervenção para a Bacia do rio Capibaribe.

## Metrópole Estratégica

Em 2002, foi produzido o documento Metrópole Estratégica, apresentando estratégias de desenvolvimento para a Região Metropolitana do Recife, com foco na habitabilidade e na competitividade. Em 2006, foi produzido um estudo em sequência ao Metrópole Estratégica sobre o Oeste Metropolitano (denominado Território das Águas – Proposta de Implantação) com o intuito de sugerir procedimentos para a elaboração do plano de desenvolvimento sustentável da região. O documento produzido apresenta vetores de desenvolvimento e proposta de organização espacial. Os vetores de desenvolvimento são: Consolidação e diversificação da cadeia produtiva agrícola e agro-Industrial; Consolidação e articulação da cadeia produtiva de turismo e cultura; Inovação tecnológica; e Ampliação e integração da infraestrutura viária. A organização espacial divide-se em: Parque das Águas; Regionalização; Nova Centralidade; Rede de Centralidades; e Sistema Viário Estruturador.

## Hospital Metropolitano



Recife

## Restauração e duplicação da BR 408



São Lourenço da Mata

### Agenda 21 de Aldeia

A elaboração da Agenda 21 de Aldeia foi iniciada em 2001, fundamentada nos princípios da Agenda 21 Global de propor um plano de ação para o desenvolvimento sustentável, equilibrando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Um processo de discussão e articulação intermunicipal resultou em um diagnóstico compartilhado, um conjunto de diretrizes comuns para as políticas públicas locais e um plano de ação contemplando uma visão de médio e longo prazo. A Agenda 21 de Aldeia tem como objetivo específico construir coletivamente o desenvolvimento sustentável da Região de Aldeia, valorizando suas potencialidades, com responsabilidade social. Para tanto, foram trabalhados seis Eixos Estratégicos: Sustentabilidade econômica; Sustentabilidade social; Sustentabilidade ecológica; Sustentabilidade espacial; Sustentabilidade cultural; e Gestão sustentável da Região

### Fórum Socioambiental de Aldeia

O Fórum Socioambiental de Aldeia é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que atua há sete anos na promoção do desenvolvimento sustentável e da inclusão social na Região de Aldeia. É composto por representantes da comunidade, funciona através de reuniões semanais ordinárias e outros eventos de discussão, tendo sempre como foco o tratamento de questões relevantes para o bem-estar da população e a defesa do patrimônio ambiental. O Fórum teve participação ativa na aprovação da Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe (Decreto Estadual nº 34.692, em 17/03/2010). Esta APA constitui a região de Aldeia como uma Unidade de Conservação – UC – do Grupo de Uso Sustentável, priorizando a ocupação disciplinada do solo e assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e a proteção da diversidade biológica.

## Arco Metropolitano

A proposta de implantação do Arco Viário Metropolitano, tem por objetivo oferecer uma melhor ligação entre os polos de desenvolvimento localizados ao sul, a oeste e ao norte, compatibilizando os acessos com as principais rodovias existentes (BR 101, 232, 408, PE 60), facilitando o transporte de cargas e passageiros, além de se destinar a desafogar o fluxo e congestionamento de trânsito constante na BR-101.

O projeto do Arco Metropolitano, ao cortar nove dos 14 municípios que compõem a RMR, requer ampla discussão, pois envolve intervenções em áreas de vulnerabilidade ambiental, com características e atividades rurais, matas, reservas ecológicas e proteção de mananciais que são indispensáveis à sobrevivência da Região, quanto ao seu abastecimento de água e à sua qualidade ambiental.

Além disso, há que se considerar que o Arco Metropolitano, sendo um eixo rodoviário de escala metropolitana, exigirá revisão de Planos Diretores e de leis de Uso e Ocupação do Solo, para que a proposta venha a promover a mobilidade e a articulação de pessoas e mercadorias, na Região Metropolitana do Recife, de forma justa e equilibrada, em termos econômicos, sociais e ambientais.

Por isso, é fundamental a compatibilização com as interfaces municipais, sobretudo quanto às questões de urbanização, às margens da via e em seu entorno. O uso do solo restrito deverá ser trabalhado, a partir de índices urbanísticos tais como coeficiente de utilização, taxa de ocupação, afastamentos, faixas de domínio, solo natural, densidade, entre outros.

Estudo para o Arco Metropolitano - Moreno



Há a necessidade de que o Arco tenha características de via expressa sem adensamento em suas margens e sem cruzamentos e conexões com vias locais, em quantidade que lhe atribuam caráter de via urbana.



Mapa 04: Estudo para o Arco Metropolitano.  
Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

# 4 DIRETRIZES

As diretrizes para compor uma agenda preliminar para o desenvolvimento sustentável do Oeste Metropolitano foram organizadas em quatro dimensões: Espacial, Social, Econômica e Institucional. Um conjunto de propostas, indicações e recomendações foi elaborado de maneira participativa, em oficinas realizadas na Agência Condepe Fidem e organizadas em torno do desafio principal de cada dimensão e seus eixos temáticos, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 06: Proposta para a Dimensão Espacial do Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano.

G H Í I Ĩ	I Ĩ É Ĩ	É T Ĩ Ĩ
Ĩ Ĩ É Ĩ Ĩ	Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o cumprimento da Legislação Ambiental através da promoção de bônus decorrentes do cumprimento das metas</li> <li>• Intensificar ações de controle urbano e ambiental nas áreas de risco ambiental</li> <li>• Incentivar o reflorestamento e recuperação das matas ciliares</li> <li>• Atualizar o projeto Parque das águas</li> <li>• Implantar programas de reaproveitamento do lixo, estimulando a redução, a reciclagem e a reutilização</li> <li>• Identificar e incentivar a implementação de Unidades de Conservação Ambiental e APAs na região</li> <li>• Incorporar as propostas do SNUC/SEUC nos municípios do Oeste Metropolitano</li> <li>• Adotar as Bacias Hidrográficas como unidades de planejamento e criar Comitês para outras Bacias</li> <li>• Criar uma carta temática de risco com índices de vulnerabilidades/estabilidade, a partir da cartografia existente</li> <li>• Absorver as prioridades e compatibilizar as ações previstas e compactuadas nos planos de ação existentes para a área, a exemplo da Agenda 21 de Aldeia, que envolve oito municípios da região</li> </ul>
	Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo da ocupação das áreas lindeiras do Arco Metropolitano</li> <li>• Realizar estudo da ocupação do entorno da Cidade da Copa</li> <li>• Revisar e atualizar os planos diretores e legislação urbanística básica, considerando a nova dinâmica regional da área, e compatibilizar os planos diretores</li> <li>• Recuperar os engenhos e sítios históricos da região</li> <li>• Dotar a região de infraestrutura urbana (saneamento, resíduos sólidos, habitabilidade, mobilidade)</li> <li>• Estender o Programa Municípios Saudáveis para os municípios da Região</li> <li>• Recuperar e implantar parques e praças públicas</li> <li>• Implementar um sistema de parques que inclua o rio Capibaribe e a PE-27, como estrada parque</li> <li>• Identificar e zonar espaços específicos para atividades agrícolas, sobretudo a agricultura familiar</li> </ul>
	Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ Ĩ ACESSIBILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar os investimentos necessários em infraestrutura viária para assegurar a adequada acessibilidade e a mobilidade da região</li> <li>• Promover a integração espacial através do transporte público</li> <li>• Reabilitar o transporte ferroviário para o turismo e ligação com os núcleos rurais e urbanos</li> <li>• Implementar estradas vicinais entre os núcleos rurais e urbanos, integrando-os ao Arco, de maneira adequada, sem desvirtuar sua função de via expressa.</li> <li>• Estudar a rede viária local integrada aos eixos rodoviários e ao Arco Metropolitano</li> </ul>

Quadro 07: Proposta para a Dimensão Social do Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano.

G H Í Ì Ñ	I Ñ É Í	É TÌ Ñ
Ï Î F H É I	Ï É Ø G G	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer o PSF na Região do Oeste Metropolitano, identificando e tratando as deficiências do Programa</li> <li>Universalizar a infraestrutura integrada de saneamento ambiental</li> </ul>
	G G J F É T I Î E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar um diagnóstico das instituições educacionais já atuantes na Região do Oeste Metropolitano e melhorar a qualidade da educação formal e profissional para inserção no mercado de trabalho, com ações específicas para jovens e adultos</li> <li>Realizar uma pesquisa para identificar as necessidades das empresas com atuação na região para qualificação dos trabalhadores, inclusive para atender às necessidades de implantação e operação da Cidade da Copa</li> <li>Implantar escolas técnicas/centros tecnológicos, com cursos que atendam às demandas locais</li> <li>Capacitar a população local através das associações de bairros</li> <li>Utilizar a verba de compensação ambiental para capacitação técnica voltada ao turismo e ao agronegócio</li> <li>Oferecer alternativas de trabalho para os trabalhadores sazonais da zona canavieira</li> <li>Formular programas integrados em educação ambiental, esportiva e cultural</li> <li>Disseminar a educação ambiental em todas as dimensões, para garantir a sustentabilidade</li> </ul>
	Ï G G J Î É Í T É	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um plano de segurança eficiente, integrado e com a participação efetiva das comunidades locais, a exemplo do Programa Governo Presente</li> <li>Assegurar a adequada infraestrutura de segurança pública (reforma/construção de delegacias e postos policiais, disponibilidade de viaturas)</li> <li>Implantar um projeto de ressocialização com cursos para presidiários e ex-presidiários</li> <li>Assegurar a implantação descentralizada dos centros de ressocialização</li> </ul>

Fonte: Agência Condepe/Idem, 2010



Quadro 08: Proposta para a Dimensão Econômica do Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano.

Gêneros	Eixos	Estratégias
Estratégias	Eixo AGRÍCOLAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer as cadeias produtivas existentes, priorizando, agricultura, avicultura, piscicultura, flores tropicais, plantas medicinais e agricultura orgânica</li> <li>Incentivar o uso de técnicas de manejo sustentável na produção da cana-de-açúcar</li> <li>Viabilizar parcerias (SEBRAE, SENAI, SENAC, FETAPE, UFRPE, INCRA, IPA) para diversificação produtiva dos pequenos produtores, incentivando o associativismo, o cooperativismo, a economia solidária e a agricultura familiar</li> <li>Criar um selo de identidade para os produtos da região</li> </ul>
	Eixo CULTURAL RURAL E ECOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e implementar roteiros turísticos que valorizem a identidade cultural da região, em especial roteiros de engenhos e de turismo religioso.</li> <li>Fomentar e divulgar o turismo ecológico e rural, que incluam equipamentos inovadores e sustentáveis, desenvolvendo ações junto às operadoras de turismo e trabalhando a proposta do Programa Pernambuco Conhece Pernambuco</li> <li>Oferecer opções de lazer na região para a população da RMR (trilhas, ciclovias, circuitos, caminhadas ecológicas, sítios históricos)</li> <li>Implantar e melhorar a infraestrutura turística da área, principalmente no que diz respeito aos equipamentos de alimentação e hospedagem</li> </ul>
	Eixo REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar a implantação e o desenvolvimento de empreendimentos de setores produtivos com potencial para integrar a rede de fornecimento para os polos de Suape e Farmacoquímico (“distrito satélite”)</li> <li>Promover a integração socioeconômica dos investimentos estruturadores do Estado com aqueles que estão sendo implantados na região</li> </ul>
	Eixo EMPRESARIAL SUSTENTÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar as empresas privadas a investir em práticas sustentáveis de produção e a desenvolver projetos sociais com a comunidade local</li> <li>Viabilizar a captação de recursos junto a instituições privadas, a exemplo da Fundação Roberto Marinho, Fundação Aírton Senna, entre outros</li> </ul>

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2010.



Quadro 09: Proposta para a Dimensão Institucional do Desenvolvimento Sustentável do Oeste Metropolitano.

DIMENSÕES	TEMAS	AÇÕES
INSTITUCIONAL	FORTALECIMENTO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer as administrações municipais para o exercício eficaz do controle urbano e ambiental</li> <li>Reforçar equipe técnica, infraestrutura e logística na administração municipal</li> <li>Criar e fortalecer canais de participação popular para consultas e formulação de políticas públicas</li> </ul>
	INTEGRAÇÃO REGIONAL E GOVERNAMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a criação de consórcios dos municípios envolvidos com ações a serem implementadas, capacitando os gestores municipais</li> <li>Fortalecer a articulação intra e intergovernamental e a gestão regional compartilhada com as instâncias municipal, estadual e federal, e em especial com as Universidades</li> <li>Fortalecer a atuação do CONDERM e promover discussões em torno da revisão do Plano Diretor Metropolitano</li> <li>Criar núcleos gestores regionais no Estado, a exemplo do, CONDERM para a RMR</li> <li>Divulgar experiências municipais exitosas através da AMUPE</li> </ul>

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2010

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, houve um avanço na construção de uma visão regional e multissetorial acerca do Oeste Metropolitano. Extrapolaram-se as fronteiras municipais e pensou-se o conjunto, ao mesmo tempo em que se discutiram ações referentes a diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Como próximo passo, recomenda-se a construção de uma Agenda para o Oeste.

É fundamental que os estudos aqui desenvolvidos, bem como outros estudos, planos e projetos existentes para a região e para cada um dos municípios, sejam tomados como referência para futuras intervenções. É estratégico implementar ações estruturadoras, sistemáticas e contínuas, para assegurar que os municípios se apropriem das oportunidades geradas na região, inclusive com a inserção da população nessa nova dinâmica, e, ao mesmo tempo, prever e prevenir eventuais riscos de desordenamento urbano e degradação ambiental.





**OESTE  
METROPOLITANO**  
Diagnóstico para o Desenvolvimento Sustentável



SECRETARIA  
DE PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



**PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO